



EDUCAÇÃO PARA AS MULHERES: AS ACADEMIAS FEMININAS DO SÉCULO XIX NOS ESTADOS UNIDOS

EDUCACIÓN PARA MUJERES: ACADEMIAS FEMENINAS DEL SIGLO XIX EN ESTADOS UNIDOS

EDUCATION FOR WOMEN: NINETEENTH CENTURY FEMALE ACADEMIES IN THE UNITED STATES

Stéfani Oliveira VERONA¹

RESUMO

Este trabalho tem como tema a educação feminina nos Estados Unidos, com a finalidade de entender as transformações sociais posteriores à Revolução Americana que tornaram possível a disseminação das academias femininas. O recorte faz parte de uma pesquisa de mestrado e tem como objetivo entender o cenário de mudanças no país após as Guerras de Independência para entender a adaptação no discurso com relação à mulher, que a encaixou em um papel republicano específico após a “descolonização”. Parto desta perspectiva para entender a formação das primeiras academias femininas durante o início do século XIX através de duas abordagens amplamente discutidas na época: por um lado como forma de questionar as ideias de igualdade e autonomia da Revolução Americana e, por outro, como forma de desenvolver uma educação “adequada” às mulheres republicanas virtuosas, que, segundo os homens, exerciam papel seu cívico sendo as

¹ Mestre em História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Paraná, Brasil, stefaniverona909@gmail.com

educadoras de seus filhos. A metodologia utilizada é a revisão bibliográfica de autores que tratam da educação nos Estados Unidos e a convergência com os Estudos de Gênero, partindo principalmente da ideia de “representação social”. Percebo que nos Estados Unidos as práticas de escrita e leitura e os ideais da independência transformaram o cenário da educação das mulheres, ainda que o maior acesso à educação estivesse primordialmente ligado à sua preparação para exercer certo papel social. O sucesso das academias serviu para atestar a capacidade racional das mulheres e foi através destes espaços que mais delas começaram a questionar sua dependência dos homens.

Palavras-chave: Educação; Mulheres; Academias femininas; Gênero; Estados Unidos

RESUMEN

Este trabajo tiene como tema la educación femenina en los Estados Unidos, con el propósito de comprender las transformaciones sociales posteriores a la Revolución Americana que hicieron posible la difusión de las academias femininas. El recorte es parte de una investigación de maestría y tiene como objetivo comprender el escenario de cambios en el país después de las guerras de independencia para comprender la adaptación en el discurso en relación a la mujer, que la colocó en un rol republicano específico luego de la “descolonización”. Yo parto de esta perspectiva para entender la formación de las primeras academias de mujeres a principios del siglo XIX a través de dos enfoques ampliamente discutidos en la época: por un lado, como una forma de cuestionar las ideas de igualdad y autonomía de la Revolución Americana y, por otro, por otro lado, como una forma de desarrollar una educación “adecuada” para las virtuosas republicanas, quienes, según los hombres, desempeñaron su papel cívico siendo educadoras de sus hijos. La metodología utilizada es la revisión bibliográfica de autores

que abordan la educación en Estados Unidos y la convergencia con los Estudios de Género, partiendo principalmente de la idea de “representación social”. Me doy cuenta de que en Estados Unidos las prácticas de escritura y lectura y los ideales de independencia han transformado el escenario de la educación de las mujeres, aunque el mayor acceso a la educación estuvo ligado principalmente a su preparación para ejercer un determinado rol social. El éxito de las academias de mujeres sirvió para dar fe de la capacidad racional de las mujeres y fue a través de estos espacios que más de ellas comenzaron a cuestionar su dependencia de los hombres.

Palabras clave: Educación; Mujeres; Academias de mujeres; Género; Estados Unidos

ABSTRACT

This paper has as its theme the female education in the United States, with the purpose of understanding the social transformations after the American Revolution that made the dissemination of female academies possible. The selection is part of a master's research and aims to understand the changing scenario in the country after the Wars for Independence in order to understand the shift in the discourse in relation to women, that placed her in a specific republican role after “decolonization”. I consider this perspective to understand the formation of the first female academies during the early nineteenth century through two approaches widely discussed at the time: first as a way to question the ideas of equality and autonomy of the American Revolution and, second, as a way to develop an “adequate” education for the virtuous republican women, who, according to men, played their civic role by being the teachers of their children. The methodology used is the bibliographical review of authors who study education in the United States and the convergence with Gender Studies, using mainly from the idea of “social representation”. I conclude that in the United States, writing and

reading practices and the ideals of independence have transformed the scenario of women's education, even though greater access to education was primarily linked to their preparation to perform a certain social role. The success of these academies served to attest to the rational capacity of women and it was through these spaces that more of them began to question their dependence on men.

Keywords: Education; Women; Female Academies; Gender; United States of America

1. Introdução e referencial teórico

Em 1848, durante a primeira Convenção pelos Direitos das Mulheres, Elizabeth Cady Stanton apresentou a sua Declaração de Sentimentos, um documento assinado por 68 mulheres e 32 homens e que ecoava a Declaração de Independência dos Estados Unidos redigida por Thomas Jefferson em 1776. Stanton reescreveu a famosa Declaração apresentando uma nova versão que mantinha as mesmas justificativas para a emancipação dos americanos com relação aos ingleses. Desta vez, porém, ela escreveu em defesa da emancipação das mulheres com relação aos homens, considerando que “apesar da América ter conquistado a independência com a Revolução, não houve uma ruptura legal intensa com o passado”², porque o sistema de leis havia permanecido intacto e a condição educacional das mulheres tinha permanecido a mesma.

As mulheres não tinham direito à cidadania e eram subordinadas à autoridade masculina no ambiente doméstico. Estes aspectos iam de encontro ao fato de que durante as Guerras de Independência as mulheres exerceram importantes papéis ativos e políticos. Com o fim das guerras, porém, elas foram forçadas a voltar para suas casas e famílias, para o que se considerava culturalmente como o seu lugar apropriado. Stanton, porém, apresentou sua Declaração como uma prova da contradição e da injustiça dos homens, já que a Declaração de Independência oficial considerava a liberdade e a igualdade como princípios/direitos fundadores da nação,

² RICCI, Samantha. Rethinking Women and the Constitution: a Historical Argument for Recognizing Constitutional Flexibility with Regards to Women in the New Republic. *William & Mary Journal of Women and the Law*, v. 16, n. 1, p. 205-235, 2009. P.212.

mas não incluiu as mulheres como beneficiadas por estes direitos. Neste documento ela escreveu que

A lei, em todos os casos, parte de uma falsa suposição da supremacia do homem... Depois de privá-la [a mulher] de todos os direitos de mulher casada, se solteira e dona de uma propriedade, ele a tributou para sustentar um governo que a reconhece apenas quando sua propriedade pode ser lucrativa.³

Este texto enfrenta diretamente a posição das mulheres como dependentes e tuteladas dos homens, mas também questiona o alcance real da Declaração de 1776, pois apesar dos esforços coletivos, apenas grupos seletos de homens brancos e de classes mais altas puderam usufruir das condições políticas e sociais, considerando que “a Declaração de Independência pode ter escrito que *todos os homens são criados iguais*, mas poucos são os que defendem que as mulheres acreditavam que essa retórica se aplicava a elas”⁴. Parto deste manifesto e de outros que se seguiram para entender as estratégias usadas pelas mulheres para ocuparem espaços como sujeitos sociais, entre elas, a criação de escolas femininas.

2. Método

Utilizo os trabalhos de Linda Kerber⁵, Sheila Skemp⁶ e Samantha Ricci⁷ para entender mais o contexto sociocultural das transformações americanas durante as guerras de independência. Faço a convergência destas ideias com o texto da autora Lucia McMahan⁸, que discorre amplamente sobre a questão do gênero nos Estados Unidos

³ KERBER, Linda. *The Republican Mother: Women and the Enlightenment - An American Perspective*. American Quarterly, Iowa, v. 28, n. 2, p. 187-205, jan./1976. p.116.

⁴ SKEMP, Sheila. *Women and Politics in the Era of the American Revolution*. Oxford Research Encyclopedia of American History, p.1-21, 2016. P.2

⁵ KERBER, Linda. *The Republican Mother: Women and the Enlightenment - An American Perspective*. American Quarterly, Iowa, v. 28, n. 2, p. 187-205, jan./1976.

⁶ SKEMP, Sheila. *Women and Politics in the Era of the American Revolution*. Oxford Research Encyclopedia of American History, p.1-21, 2016.

⁷ RICCI, Samantha. Rethinking Women and the Constitution: a Historical Argument for Recognizing Constitutional Flexibility with Regards to Women in the New Republic. *William & Mary Journal of Women and the Law*, v. 16, n. 1, p. 205-235, 2009.

⁸ MCMAHON, Lucia. *Mere Equals: The Paradox of Educated Women in the Early American Republic*. 1. ed. New York: Cornell University Press, 2012.

desta época. Faço também um contraste com a obra de Margareth Nash⁹ sobre a educação das mulheres. Busco entender este cenário considerando os conceitos de “Gênero” e “Representação Social” para entender como dialogam com os questionamentos das próprias mulheres ao fundar escolas femininas e, em contrapartida, como estas mesmas escolas acabaram consolidando certa imagem feminina, pois uma educação igualitária e conjunta só foi possível muitos anos depois. O silêncio da mulher e seu espaço de confinamento social precisam ser revistos para que possa ser pensado, como define Losandro Tedeschi, como resultados “de um poder simbólico que a impôs papéis e identidades”¹⁰. Parto do entendimento de que as relações de gênero e as relações sociais partem de relações de poder construídas através de séculos e que sujeitam as mulheres a certas posições através de papéis específicos. O bom desempenho destes papéis é o que define seu espaço sociocultural, predominantemente associado ao espaço privado do lar e da família.

3. Resultados e discussão

Antes da Revolução Americana, que culminou com a independência dos Estados Unidos, a educação para a maioria das jovens não era uma atividade regulada na região. O grau e o tipo de educação que um indivíduo recebia dependiam da classe, do gênero, da raça e do lugar de origem. Os colonos americanos consideravam a escrita uma habilidade especializada, necessária para os homens de negócios e para tratar das questões jurídicas, mas não tão necessária para as mulheres. Para eles, escrever era uma habilidade relacionada ao trabalho. Como as meninas não eram educadas para exercer alguma atividade profissional, mas para cuidar da casa e da família, a escrita era de pouca relevância para elas. Já no século XVIII este cenário começou a sofrer algumas mudanças.

As oportunidades para a educação feminina melhoraram durante o século XVIII, porque alguns professores nas cidades ensinavam suas alunas "fora do horário". Além disso, mais cidades da Nova Inglaterra começaram a

⁹ NASH, Margareth. *Women's Education in the United States*. 1ed. Nova York: Palgrave Macmillan, 2005. 203p.

¹⁰ TEDESCHI, Losandro. Os desafios da escrita feminina na história das mulheres. *Revista Raído, Dourados*, v.10, n.21, p.153-164, jan./jun. 2016. P.154

contratar professoras, dando assim às mulheres mais possibilidades de serem educadas. A caligrafia também se tornou mais fácil no século XVIII.¹¹

As mudanças sociais, econômicas e governamentais proporcionadas pela Revolução Americana exigiram novos modelos de organização nacional, pois cada vez mais atenção era dada à educação. Era interessante que as pessoas soubessem ler, escrever e fazer contas, porque as novas profissões exigiam que as pessoas se adaptassem, o que deveriam fazer através de uma educação mais qualificada do que somente saber assinar o nome próprio.

A criação da identidade nacional exigia que os americanos tivessem um sistema educacional, porque “o governo do povo, pelo povo e para o povo também exigia uma cidadania informada e capaz de pensar com clareza”¹². Dessa forma, a educação traria respostas para alguns dos novos problemas. O crescimento das novas instituições também levou educadores deste período a retomar suas pautas, dessa vez assistidos pelo crescente clamor popular e pelos manifestos de jovens homens e mulheres em defesa do que acreditavam ser as formas ideais de educação.

Apesar disso, a crença na capacidade intelectual das mulheres não se alinhava a um ideal de igualdade de gênero, pois apesar de serem poucas as distinções acadêmicas feitas entre homens e mulheres quando ambos os sexos tinham acesso aos estudos, o que mudava era o objetivo do ensino e o caráter prático do que era ensinado para um e para outro sexo. O acesso à universidade, denominada “*college*” durante os primeiros anos após a independência, era restrito aos homens durante os séculos XVIII e XIX, mas as chamadas “academias” ou “seminários” se proliferaram pelo país e abriram oportunidades de estudos para diversas classes sociais e para ambos os sexos. No caso das academias exclusivamente femininas, três se destacaram como as mais bem sucedidas: a Troy Female Seminary, em Nova York, fundada por Emma Willard em 1821; a Hartford Female Seminary, em Connecticut, fundada por Catharine Beecher em 1832; e a Mary Lyon and Mount Holyoke Female Seminary, em Massachusetts, fundada por Mary Lyon em 1837.

De 1780 a 1840, as oportunidades das mulheres na educação floresceram. Na década de 1780, as mulheres que buscavam educação além dos rudimentos a encontraram principalmente em escolas temporárias e de curta duração (também chamadas de academias, seminários ou institutos) que

¹¹ SMITH, Merril. *Women's Roles in Eighteenth Century America*. 1ed. Santa Barbara: Greenwood, 2011. p.149

¹² NASH, Margareth. *Women's Education in the United States*. 1ed. Nova York: Palgrave Macmillan, 2005. 203p. p.2

funcionavam por apenas algumas semanas ou meses. As matérias variavam de escola para escola, mas a maioria das academias ensinava língua inglesa, geografia e aritmética¹³.

É interessante constatar que estas academias estavam comprometidas com o ensino de curta duração, o que tornava os seminários ambientes de aprendizado mais prático do que as universidades. Não havia um consenso, nem diretrizes específicas para o que devia ser ensinado, ou como devia ser ensinado, mas matérias como o inglês e a geografia estavam presentes na maioria das instituições. A presença das mulheres nas universidades só ocorreu de forma substancial muitas décadas mais tarde.

Nesse aspecto, em se tratando do ensino nas universidades (“colleges”) e nas academias, existia uma grande diferença na educação de homens e mulheres por conta da maior praticidade do ensino proporcionado pelas academias. Durante a primeira metade do século XIX a educação universitária era fortemente associada ao treinamento para ocupações profissionais específicas para os homens, como a medicina, o direito e o ministério religioso. Com o tempo, porém, esse treinamento das elites deu espaço aos jovens que exerciam importantes papéis exigidos por uma nação independente dos antigos modelos.

A maioria das pessoas ainda encarava as mulheres como intelectualmente subordinadas aos homens, mas isso se dava ao fato de que deles eram esperadas atuações em esferas separadas da vida, sendo que para isso, a educação separada também se justificaria. Após a Revolução Americana as posições de homens e mulheres foram cada vez mais separadas e atribuições específicas criadas para um e para outro. Desta forma, havia uma necessidade de equilíbrio entre o intelecto das pessoas e a finalidade com que deveriam empregá-los no desenvolvimento de uma virtude republicana.

O nível de educação feminina, então, deveria partir do princípio de que as mulheres precisavam se preparar para o matrimônio e a maternidade. Entretanto, essa concepção foi contestada inúmeras vezes pelas próprias fundadoras das escolas femininas, que ofereciam currículos muito parecidos com os das universidades e redirecionavam os objetivos de aprendizagem das mulheres para a independência que poderiam encontrar como profissionais autônomas, além do papel político que poderiam exercer.

¹³ *Ibidem*, p.5

Neste sentido, as academias foram novidades também porque poucas que ofereciam “cursos diretamente relacionados à maternidade, como técnicas de criação de filhos ou administração doméstica”. Em vez disso, “a maioria das educadoras acreditava que um currículo geral de artes liberais, semelhante ao dos homens, era uma boa preparação para qualquer papel na vida”¹⁴. Estudantes, professores e fundadores de diversas escolas ecoavam as crenças de Catharine Beecher (1800-1878) defensora de uma educação ampla tanto para mulheres quanto para homens.

Mesmo assim, essa não era uma posição predominante e as mulheres enfrentaram muitas adversidades, porque não tinham igualdade política, legal, social e econômica com os homens. Nem mesmo os homens tinham acesso aos mesmos direitos entre si, com fortes distinções sociais e raciais, pois não havia uma concepção de direitos universais. Por este motivo, ao invés de falar em “esferas separadas” que abarcavam homens e mulheres como dois grandes grupos homogêneos, podemos examinar o próprio processo de produção de ideias e de relações de gênero, pois eram essas as relações de poder que tinham o poder de ultrapassar as barreiras das classes sociais. Durante o século XIX essa discussão da busca feminina por igualdade partia da palavra “*mere*”, pois

“*Mere*” era a noção persistente de que as mulheres eram diferentes dos homens e se tornarem meramente iguais aos homens representaria uma perda do poder e da influência das mulheres enquanto mulheres. O uso da palavra “*mere*” descrevia e sustentava noções de diferença sexual. Ao mesmo tempo, igualdade era, é claro, um poderoso conceito na jovem nação, tão poderoso que não era inconcebível que as mulheres poderiam muito bem desejar um pouco dos benefícios econômicos, sociais e políticos que a igualdade prometia. A mera igualdade tentou reconciliar a crença persistente na diferença de gênero com as ideias mais liberais e ilustradas sobre igualdade¹⁵.

A igualdade buscada entre homens e mulheres encontrava, por sua vez, contra-argumentos em quem legitimava as esferas separadas para os sexos, pois segundo a visão tradicional os diferentes papéis eram fundamentais para o bom funcionamento do sistema social e de governo. Sendo assim, a busca feminina pela “mera” igualdade era contrária às pretensões delas mesmas pela educação e a cidadania. Ao mesmo tempo, o ideal de “igualdade” era favorável às mulheres por ter sido um poderoso conceito político durante a Revolução Americana.

¹⁴ *Ibidem*, p.10

¹⁵ MCMAHON, Lucia. *Mere Equals: The Paradox of Educated Women in the Early American Republic*. 1. ed. New York: Cornell University Press, 2012. p.10

Neste cenário, os editores de jornais e revistas possibilitaram maior debate “publicando ensaios sobre educação das mulheres, relatos de cerimônias iniciais realizadas em academias femininas e numerosos exemplos de mulheres educadas na realidade e na ficção”¹⁶. Essas publicações contribuíram ainda mais para o debate educacional, porque revelaram que “até os apoiadores mais fervorosos da educação das mulheres não podiam resolver as tensões entre igualdade intelectual e diferença sexual que informava o entendimento da época sobre sua educação”¹⁷, revelando a falta de consenso quanto à cidadania.

Foi neste sentido que Mary Robinson (1757-1800), escrevendo como Anne Randall, questionou a aptidão feminina ao desenvolvimento do intelecto: “a mulher não é um ser humano?”¹⁸. Sua colocação se apoiava no pensamento das Luzes e buscava apoio para a educação feminina com base na crença de que as mulheres compartilhavam a qualidade humana do pensamento racional. Essa era a afirmação era sustentada na ideia de que a razão e a capacidade de pensar separavam humanos de animais, não homens de mulheres. Como seres humanos, elas também podiam se beneficiar do desenvolvimento intelectual se tivessem acesso às artes e às ciências.

Randall não foi a única a empregar os valores do Iluminismo para promover a expansão das oportunidades educacionais para as mulheres na nova república. Outros defensores da educação feminina usaram uma variedade de ideias ilustradas para reforçar sua posição. Alguns argumentaram que uma população educada cientificamente era uma dádiva para a civilização, outros que as mulheres possuíam altas capacidades intelectuais e ainda outros que o conhecimento era uma fonte de satisfação pessoal que não deveria ser negada a elas¹⁹.

Outros argumentos eram ainda mais específicos e voltados para a relação da mulher com a família e com a sociedade. Isso porque as concepções de companheirismo estavam mudando em favor da ideia de que o casal deveria estar em harmonia na vida matrimonial. Esta visão tornava necessária a educação da mulher para alcançar este ideal de um casamento equilibrado. Ao mesmo tempo, porém, a visão conservadora mantinha a posição de que esta mesma educação poderia ameaçar a boa condução dos serviços domésticos e da administração da casa. Esta visão se

¹⁶ *Ibidem*, p.IX

¹⁷ *Ibidem*, p.IX

¹⁸ RANDALL, Anne. *A letter to the women of England on the injustice of mental subordination*. 1799. Disponível em <<https://romantic-circles.org/editions/robinson/mrletterfrst.htm>> p.8

¹⁹ NASH, Margareth. *Women's Education in the United States*. 1ed. Nova York: Palgrave Macmillan, 2005. p.15

tornou um paradoxo, pois colocava a mulher como responsável pela educação dos filhos sem que ela mesma tivesse sido educada para exercer esta tarefa.

As mulheres começaram, então, a buscar novas maneiras de exercer o intelecto, como na leitura e escrita mais exacerbadas, pois “à medida que os níveis de alfabetização das mulheres aumentaram após a Revolução, também aumentou seu consumo de literatura”²⁰. Mais livros e revistas estavam disponíveis na última parte do século XVIII por causa do crescimento da imprensa. Além disso, também cresciam as bibliotecas circulantes entre 1730 e 1790. Tudo isso levava ao reconhecimento de que as mulheres não eram tão bem sucedidas quanto os homens na esfera pública, mas também associado ao questionamento quanto ao motivo disso acontecer: “por causa de inferioridade mental ou falta de oportunidade?”²¹.

Uma das correntes que foi resgatada por várias escritoras durante esta época era a defendida pelos leitores e leitoras de François Poullain de la Barre (1647-1723), filósofo e ex-jesuita que afirmou que a mente não tinha sexo. De acordo com ele, o estudo da anatomia humana provava que as únicas diferenças entre homens e mulheres estavam ligadas aos seus órgãos reprodutores, não ao cérebro. O primeiro livro sobre o assunto que Poullain de la Barre publicou foi “The Woman as Good as the Man” (1677) e foi esta publicação que chegou aos Estados Unidos ao ser reimpresso em 1751 como parte do livro “Beauty's Triumph, or the Superiority of the Fair Sex Invincibly Proved”.

Com o advento da república, as mulheres letradas retomaram este livro e suas ideias, contrapondo a posição corrente de médicos e filósofos que insistiam em justificar a diferença no padrão educacional e na posição social de homens e mulheres com base nas diferenças biológicas. William Alexander era um dos defensores da prerrogativa tradicional, assim como algumas mulheres, como a escritora Hannah More.

William Alexander, autor de uma *história sobre as mulheres*, declarou em 1796 que a natureza simplesmente não pretendia que as mulheres realizassem intensos e severos estudos. Algumas mulheres concordaram que elas tinham uma capacidade intelectual comparativamente escassa. A escritora religiosa Hannah More exortou as mulheres a renunciarem à sua

²⁰ SMITH, Merril. *Women's Roles in Eighteenth Century America*. 1ed. Santa Barbara: Greenwood, 2011. 183p. p.157

²¹ NASH, Margareth. *Women's Education in the United States*. 1ed. Nova York: Palgrave Macmillan, 2005. 203p. p.18

"pretensão de força de intelecto" e a admitir que a mente feminina não fosse tão capaz de fazer ciência quanto à masculina²².

Já as pessoas que se opunham a estas ideias concordavam com Poullain de la Barre ao afirmar que era a criação diferente de meninos e meninas, e não a natureza, ou a biologia, que impedia as mulheres de desenvolverem suas capacidades. O autor de um artigo anônimo da revista *Lady's Magazine*, de 1792, declarou reconhecer que os homens talvez tivessem melhores condições de discernimento do que as mulheres por causa de suas vantagens, não apenas nos estudos, mas também porque eles podiam se movimentar livremente, viajar e reunir todo tipo de conhecimento.

Elizabeth Hamilton (1757-1854) também escreveu na época que "a natureza nos dotou de faculdades intelectuais, então as mulheres deveriam exercitá-las"²³, como cita Margareth Nash. É importante ressaltar que ela não fez distinção entre homens e mulheres ao escrever que a natureza havia dotado todas as pessoas com a razão. Essa diferença é apenas apontada por ela ao ressaltar que as mulheres também deveriam usar desta capacidade tanto quanto os homens.

Neste cenário de ideias conflitantes é possível dizer que a própria Revolução Americana despertou ainda mais a atenção das mulheres para este assunto, porque muitas delas se envolveram com o pensamento político e sustentaram seus interesses após as Guerras. Elas acompanharam o progresso das tropas e das negociações, além de terem se responsabilizado pela manutenção das propriedades e de fazer todo o possível para contribuir com mantimentos e munições para os esforços de guerra. Ao final dos conflitos as mulheres viram-se novamente direcionadas à suas posições tradicionais, mas muitas delas, como Elizabeth Steele (1733-1790), por exemplo, "difícilmente perderiam o interesse pelos assuntos políticos quando a guerra terminasse"²⁴.

Steele não estava sozinha em sua reivindicação política e pela educação das mulheres nas universidades. A maioria das pessoas concordava que elas deveriam ter algum tipo de educação, especialmente para a preservação da República, que precisava unir os esforços de todos. Mesmo assim, muitos do que defendiam este

²² *Ibidem*, p.19

²³ NASH, Margareth. *Women's Education in the United States*. 1ed. Nova York: Palgrave Macmillan, 2005. 203p. p.20

²⁴ *Ibidem*, p.21

aspecto patriótico da educação feminina divergiam entre si em relação ao nível adequado de educação para cada classe e sexo. Além disso, discussões começaram a surgir quanto à necessidade da educação ser de responsabilidade do governo central ou estadual, refletindo as disputas nacionais a respeito do melhor modelo de governo e as disputas dos congressistas pela organização política.

A educação era considerada de suma importância para “criar uma cidadania moral, inteligente e unificada”²⁵ e essa ideia ultrapassava as barreiras do público e do privado, por mais que fosse direcionada de forma mais consistente aos interesses masculinos. Apesar disso, permaneciam as questões:

Como uma sociedade comprometida com a igualdade mantém o que é percebido como diferenças necessárias? Se mulheres apropriadamente educadas eram capazes de se tornar iguais intelectualmente aos homens, como os americanos continuariam a justificar a exclusão formal das mulheres da política e das outras profissões dominadas pelos homens? Se as mulheres alcançassem igualdade intelectual, quais outras formas de igualdade iriam buscar? As mulheres educadas abandonariam, como os críticos alertaram, suas responsabilidades domésticas e competiriam com os homens por poder econômico e político? A igualdade intelectual das mulheres desafiaria a própria noção de diferença sexual sustentada pela diferença de gênero e hierarquia?²⁶.

Os interesses do Estado na educação buscavam regulá-la e transferi-la do âmbito privado, ou seja, educação doméstica e através de tutores, para a esfera pública por meio das academias, seminários e universidades. A restrição de acesso e o formato de internato de algumas das instituições acabavam redirecionando a educação para o aspecto mais privado, mas o assunto que antes dizia respeito somente aos interesses pessoais e familiares, com a República passou a ser de interesse público. Por este motivo houve a necessidade de se pensar também os próprios padrões familiares e matrimoniais que poderiam ser afetados pelas mudanças sociais, políticas, educacionais e econômicas. Uma dessas mudanças dizia respeito à relação entre marido e mulher e aos novos ideais de companheirismo, que apesar de manterem a mulher em posição inferior, começavam a transformar a maneira como ela era vista dentro da casa.

O ideal de reciprocidade no casamento, por sua vez, implicava certo apoio à educação feminina. Para ajudar a criar e manter a estabilidade da nova república, bem como para serem parceiros iguais e companheiros ideais, mulheres e homens precisavam de uma educação semelhante [...]. Na *Weekly Magazine*, da Filadélfia, John Hopkins apresentou um plano para a

²⁵ *Ibidem*, p.23

²⁶ MCMAHON, Lucia. *Mere Equals: The Paradox of Educated Women in the Early American Republic*. 1. ed. New York: Cornell University Press, 2012. p.IX.

educação feminina que tinha uma semelhança notável com a educação acadêmica para os homens. Esse plano, de 1798, incluía escrita, aritmética, gramática, leitura, retórica, composição, geografia, o uso de globos, história antiga e moderna, história natural, filosofia natural, lógica (ou o que este autor chamou de "A Arte de Pensar"), e filosofia moral²⁷.

A posição de John Hopkins deixa claro que as escolas femininas já pensavam a educação das mulheres como primordial. As próprias mulheres, desde antes da Revolução Americana, já buscavam o aprendizado com afinco, mas foram as mudanças que vieram com a Independência e a posição delas nessa nova organização social, que tornaram necessárias novas abordagens sobre o assunto.

Aos poucos, mas consistentemente, as mulheres organizaram Círculos Literários Femininos para poderem ler e discutir opiniões. Um destes círculos foi o *Boston's Gleaning Circle*, de 1805, à moda dos salões intelectuais europeus, no qual as participantes preparavam seus próprios ensaios sobre suas leituras. No início do século XIX era possível encontrar pelo menos um destes círculos em cada cidade, onde as mulheres se juntavam para ler e escrever.

A partir dessas mudanças surgiram cada vez mais escritoras defendendo a educação formal para as mulheres, porque apesar das academias estarem se multiplicando pela nação, elas ainda não eram vistas como obrigatórias para as moças. Algumas destas escritoras defendiam que a educação das mulheres, ao invés de afastá-las da administração doméstica, as ajudaria a realizá-la com mais dedicação, porque era “a falta de educação e não educação demais que iria interferir no desempenho do trabalho feminino”²⁸.

Além disso, através do estudo a mulher poderia adquirir algum nível de independência financeira, especialmente no caso das viúvas e das mulheres que permaneciam solteiras. Os diferentes discursos sobre a educação durante o início da República refletiam as tensões a respeito da igualdade intelectual, ao mesmo tempo em que traziam à tona a instabilidade social dos indivíduos que lutavam por seus direitos em relação à sociedade que organizava um novo país.

Elizabeth Hamilton, autora das populares *Letters on Education* (1801), era uma forte defensora da educação avançada para mulheres. Quando alguém sugeriu que um "triunfo da razão sobre as paixões" poderia ser pouco atraente para uma mulher, ela respondeu: "Desculpe-me; pensei que

²⁷ NASH, Margareth. *Women's Education in the United States*. 1ed. Nova York: Palgrave Macmillan, 2005. p.25-26.

²⁸ NASH, Margareth. *Women's Education in the United States*. 1ed. Nova York: Palgrave Macmillan, 2005. 203p. p.30

estávamos falando sobre o melhor método de cultivar os poderes dos seres humanos... nisso eu não posso fazer distinção de sexo"²⁹.

Mesmo assim, era inegável a diferença entre a educação formal para homens e mulheres, não nos currículos escolares ou nas matérias ofertadas, mas na intenção com que eram apresentados e como seriam empregados os conhecimentos adquiridos pelas mulheres em conjunto com seus deveres já previamente estabelecidos. É de comum acordo entre os historiadores americanos que enquanto alguns meninos não chegavam aos estudos clássicos em suas escolas, outras meninas o faziam em suas academias. Em contrapartida, algumas das academias masculinas enfatizavam a educação voltada para o ingresso nas universidades, enquanto outras forneciam uma educação mais geral.

4. Considerações finais

Independente do foco e das diferentes posições a favor ou contra, as mudanças educacionais concordavam em um aspecto: de que a vida comunitária na República exigia a formação de bons cidadãos. Inevitavelmente estes acabavam sendo os homens brancos das classes mais abastadas, que exerciam o poder político e por meio dele conduziam as decisões nacionais. Entretanto, para que pudessem ser bem sucedidos, todos deveriam contribuir ao máximo.

Dessa forma, “as academias, segundo seus proponentes, proporcionavam uma mescla de classes sociais favoráveis à república”. Algumas pessoas ainda achavam “as academias benéficas devido à possibilidade de formar amizades e conexões, tanto comerciais quanto conjugais, em ambientes escolares formais”³⁰. O espírito de competição dentro destas instituições também era visto como algo positivo e que não poderia ocorrer no ambiente privado da educação doméstica.

As academias, desta forma, apesar de não terem o status ou prestígio das universidades, ofereciam currículos parecidos e uma educação mais voltada aos aspectos práticos. Neste sentido, disciplinas como oratória eram bem recebidas, porque, apesar de não ser esperado que as mulheres se tornassem oradoras, era necessário que elas desenvolvessem uma boa dicção, que também ajudava a identificar as pessoas mais ricas. A leitura em voz alta era uma atividade realizada

²⁹ *Ibidem*, p.35

³⁰ *Ibidem*, p.38

pela maioria das famílias e geralmente era uma atividade realizada pelas mulheres da casa.

Cursos de aritmética e geografia também eram muito procurados, mas o grande diferencial em relação às escolas masculinas ou universidades era o nível de dificuldade das matérias. Aritmética era importante para as meninas que no futuro seriam responsáveis pelas contas domésticas e algumas das academias femininas chegaram a ensinar contabilidade exclusivamente para elas.

Além do currículo acadêmico de inglês, geografia, aritmética, matemática e línguas, as academias também costumavam oferecer outras disciplinas não acadêmicas. Uma delas era o bordado. [...] O bordado simples era essencial para quase todas as mulheres. Como observa Mary Beth Norton, a maioria das mulheres "dedicava muitas horas por dia às suas agulhas" [...]. O bordado não era apenas uma habilidade prática que contribuía para a economia doméstica, mas também tinha implicações na remuneração, uma vez que algumas mulheres se sustentavam ou contribuía para a renda familiar com a costura³¹.

De acordo com esta abordagem, é possível novamente identificar a diferença na educação escolar de meninos e meninas pautada no fato de que seus interesses e contribuições seriam diferentes. Para isso era necessário que, além das matérias comuns e direcionadas ao nível de conhecimento adequado para cada sexo, as meninas tivessem matérias como costura e os meninos como navegação e pesquisa. As mulheres que frequentavam as academias, os seminários, as escolas secundárias e os institutos universitários acabavam sendo um grupo pequeno da elite. A educação avançada no início da república americana incluía apenas um número muito pequeno de mulheres, a maioria das quais eram brancas e de classe média ou alta. Dentro desse pequeno grupo, no entanto, a maioria dos educadores defendia a igualdade intelectual. Educadores e alunos tinham na educação um dos grandes prazeres da vida, "um prazer que era de igual valor para mulheres e homens"³². Além de ajudar na formação prática das moças, as academias abriram um precedente ao servir de mecanismo para provar a capacidade intelectual das mulheres, o que foi fundamental para a realização, em 1848, da primeira Convenção pelos Direitos das Mulheres.

Referências bibliográficas

³¹ *Ibidem*, p.47.

³² *Ibidem*, p.116

KERBER, Linda. The Republican Mother: Women and the Enlightenment - An American Perspective. **American Quarterly**, Iowa, v. 28, n. 2, p. 187-205, jan./1976.

KERBER, Linda. Separate Spheres, Female Worlds, Woman's Place: The Rhetoric of Women's History, **The Journal of American History**, v.75, n.1, Jun 1988, p.9-39

KERBER, Linda. **Women of the Republic: Intellect and Ideology in Revolutionary America**. 1. ed. Virginia: University of North Carolina Press, 1980.

MCMAHON, Lucia. **Mere Equals: The Paradox of Educated Women in the Early American Republic**. 1. ed. New York: Cornell University Press, 2012.

NASH, Margareth. **Women's Education in the United States**. 1ed. Nova York: Palgrave Macmillan, 2005. 203p.

RANDALL, Anne. A letter to the women of England on the injustice of mental subordination. 1799. Disponível em <<https://romantic-circles.org/editions/robinson/mrletterfrst.htm>>

RICCI, Samantha. Rethinking Women and the Constitution: a Historical Argument for Recognizing Constitutional Flexibility with Regards to Women in the New Republic. **William & Mary Journal of Women and the Law**, v. 16, n. 1, p. 205-235, 2009.

SKEMP, Sheila. **Women and Politics in the Era of the American Revolution**. Oxford Research Encyclopedia of American History, p.1-21, 2016.

SMITH, Merril. **Women's Roles in Eighteenth Century America**. 1ed. Santa Barbara: Greenwood, 2011. 183p.

STANTON, Elizabeth Cady. **Declaration of Sentiments**. Disponível em <https://www.womensrightsfriends.org/pdfs/1848_declaration_of_sentiments.pdf>

TEDESCHI, Losandro. Os desafios da escrita feminina na história das mulheres. **Revista Raído**, Dourados, v.10, n.21, p.153-164, jan./jun. 2016.